



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 24/2023**

Período: 08/07/2023 - 14/07/2023

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Forças Armadas e o artigo 142 da Constituição Federal.
- 2- Abin apontou que influenciadores digitais participaram das incitações extremistas que ocasionaram os atos de 8 de janeiro de 2023
- 3- Expectativas sobre o depoimento de Mauro Cid à CPMI dos atos de 8 de janeiro
- 4- Denúncias de assédio e importunação sexual atingem oficiais das Forças Armadas
- 5- Embargo alemão de componentes impôs alterações na fabricação do blindado Guarani
- 6- Jornal avalia desafios da indústria de defesa diante das transformações internacionais
- 7- Ministério da Defesa e da Fazenda divergem sobre a venda de blindados para a Argentina
- 8- CPMI quebra sigilo de ex-ajudante de ordens de Bolsonaro após depoimento frustrante
- 9- Relatório da Abin alertou sobre a presença grupos militares extremistas em acampamento bolsonarista em Brasília
- 10- Primeira mulher negra almirante destaca avanços e protagonismo feminino na Marinha
- 11- Ex-presidente Jair Bolsonaro nega envolvimento com Marcos do Val e inocenta tenente-coronel Mauro Cid
- 12- Ministro da Defesa e Presidente Lula comentaram o fato de Mauro Cid estar fardado durante depoimento na CPMI dos atos de 8 de janeiro
- 13- Colunistas comentaram sobre as escolas cívico-militares e a decisão do Governo Federal de descontinuar o programa

1- Forças Armadas e o artigo 142 da Constituição Federal

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, em 2017, o major e aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Fabiano da Silva Carvalho, enviou questionamentos ao jurista e professor Ives Gandra Martins com o objetivo elucidar juridicamente perguntas relacionadas ao que significava o cumprimento da “garantia dos poderes constitucionais” pelas Forças Armadas. As respostas do professor resultariam na atualização do manual de segurança integrada do Exército, de acordo com o anunciado pelo referido major. Na consulta, Carvalho citou que o artigo 142 da Constituição Federal de 1988 prevê

a garantia dos poderes constitucionais como “uma missão imposta para as Forças Armadas”, assim também sendo “a defesa da Pátria e a garantia da lei e da ordem”. Segundo o *Estado*, recentemente, a Polícia Federal (PF) encontrou essa pesquisa dos alunos da Eceme no celular do tenente-coronel e ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Mauro Cid. Além disso, Cid também participou como integrante do mesmo grupo da escola que o major Fabiano. O trabalho se transformou em uma suspeita de que Cid e seus colegas estavam à procura de uma justificativa para realizar um golpe de Estado, visando o impedimento da posse do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que o artigo 142 já havia sendo utilizado como ferramenta de distorção em defesa de uma intervenção militar. Gandra Martins afirmou ao *Estado* que “o artigo 142 é para nunca ser usado e depende sempre de um Poder pedir”, e ao questionamento do major Carvalho que a garantia dos poderes constitucionais pelas Forças pode ocorrer caso haja conflito entre os Três Poderes, em que um deles apele para o poder militar, estando em situação de não possuir outra solução. Na avaliação do jornal, os militares que estão sendo investigados pela PF entendem que tal conflito existia em 2022, entre o ex-presidente Bolsonaro, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ademais, o jornal relembrou que o debate em torno do artigo e da atuação das Forças em um contexto de crise entre os Poderes é anterior ao ano de 2022, como prova a troca de e-mails entre o major e o professor, além de “manifestações públicas de generais”, que ocorreram em anos anteriores. Segundo *O Estado*, em 2017, o general Luiz Eduardo Rocha Paiva afirmou que apesar de não existir um “dispositivo legal” que legitime o emprego das Forças Armadas como atuação própria, a intervenção militar é justificável em um contexto de agravamento da crise no país que condicione a “falência dos Poderes da União”. Durante a Operação Lava-Jato e grandes casos de corrupção no governo brasileiro, Paiva comunicou que a ampliação daquele cenário influenciaria a tomada de decisões indesejadas pelas Forças Armadas, mas que seriam apoiadas por parcela da população. O jornal mencionou a pesquisa do professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Antônio Sérgio Carvalho Rocha, que coordena o projeto “Memória Constituinte”, baseado em pesquisas sobre os debates da Assembleia Constituinte de 1988, entre eles a polêmica sobre a redação final do artigo 142 da Constituição. Dentre os 152 entrevistados pelo projeto, o general Leônidas Pires Gonçalves afirmou que o exército brasileiro alcançou suas vontades na Constituinte, ao conseguir a aprovação de 26 pontos de seu interesse. Rocha avaliou que desde o início da Constituinte, em 1987, havia três opiniões divergentes, formadas pelo general Leônidas, pelo então senador Fernando Henrique Cardoso (na época, PMDB) e pelo deputado então José Genoíno (PT). Fernando Henrique atuou como conciliador entre as opiniões da direita, representada por Leônidas, e da esquerda, por Genoíno. Sendo assim, no texto final ficou estabelecido que as Forças têm como dever garantir “a lei e a ordem”, e que a iniciativa de convocar a ação militar iria para além do Executivo, incluindo, assim, a condição aos poderes Legislativo e Judiciário. Segundo Oscar Vilhena, diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Constituição retirou a autonomia militar em agir dentro de um ambiente civil. Na opinião do desembargador aposentado Walter Maierovitch, a história da Constituinte demonstra que não há sustentação para a interpretação de que o artigo 142 resulte no poder moderador das Forças Armadas. Por fim, o jornal discorreu que é função do Congresso, da

PF e do STF examinarem em que medida a questão discutida por Cid e seus parceiros ultrapassou de simples grupo de estudos para uma ferramenta que visava legitimar os ataques golpistas do 8 de janeiro de 2023. Em outras palavras, se seria possível que Cid tenha agrupado os documentos de pesquisa com a finalidade de ter uma base jurídica para a realização de um golpe de Estado no Brasil. (O Estado de S. Paulo – Política – 08/07/23)

2- Abin apontou que influenciadores digitais participaram das incitações extremistas que ocasionaram os atos de 8 de janeiro de 2023

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) produziu relatórios apontando que influenciadores digitais incitaram a polarização política que levaram às invasões das sedes dos três Poderes, lucrando com tais acontecimentos. A reportagem informou que alguns dos citados pelo documento da Abin foram o ex participante do “Big Brother Brasil”, Adriano Luiz Ramos de Castro; o vereador de Planaltina de Goiás, Genival Fagundes (PL), e Elaine Helena Roque. De acordo com a agência, Castro esteve no acampamento em frente ao Comando Militar de Salvador, no estado da Bahia, participou da invasão e transmitiu no YouTube. Com isso, a *Folha* informou que, mesmo após deletar o vídeo, ele ganhou mais de mil inscritos em seu canal. Do mesmo modo, a Abin apontou que o vereador Fagundes também transmitiu a invasão ao vivo e recebeu pelo menos R\$135 mil. A agência ainda divulgou que Elaine Roque retransmitiu os ataques em seu canal, recebeu dividendos pagos pela plataforma do YouTube, defendeu os atos antidemocráticos, comentou que esperava que as Forças Armadas apoiassem os protestos e comemorou sua suposição de que o Exército não evitaria as manifestações. (Folha de S. Paulo - Política - 10/07/23)

3- Expectativas sobre o depoimento de Mauro Cid à CPMI dos atos de 8 de janeiro

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o depoimento do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), tenente-coronel Mauro Cid, que ocorreu no dia 11/07/2023, gerou expectativas dias antes. A relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, Eliziane Gama (PSD-MA) observou que “seria a glória”, para a comissão, uma delação premiada feita por Cid, que está preso desde maio por envolvimento na suposta adulteração dos cartões de vacinação de Bolsonaro. Segundo matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, governistas pretendiam exaltar a carreira de Cid, que prestou mais de 20 anos de serviços no Exército, como tentativa para que o ex-ajudante de ordens repense sua fidelidade ao ex-presidente. O *Correio Braziliense* lembrou que, após decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, Mauro Cid poderia se manter calado diante de questionamentos que pudessem incriminá-lo ou produzir provas contra si próprio. Ainda segundo o *Correio*, há algumas incertezas a respeito do fim da CPMI sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. (Correio Braziliense - Política - 11/07/23; Folha de S. Paulo - Política 11/07/23; O Estado de S. Paulo - Política - 11/07/23)

#### 4- Denúncias de assédio e importunação sexual atingem oficiais das Forças Armadas

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, pelo menos 17 oficiais das Forças Armadas, incluindo oficiais do Exército, da Marinha e Aeronáutica, enfrentam acusações de assédio sexual. Dentre os inquiridos, destacam-se o do coronel José Arnaldo do Nascimento, que entrou com pedido de aposentadoria após registro de ocorrência na polícia, o do capitão da Marinha, Ruy Wirtz Moreira de Barros, acusado de cometer abusos durante consultas médicas, e o do tenente do Exército, Marcos César Marques, atualmente na Guarda Presidencial, denunciado por fazer cantadas invasivas para duas sargentos. Em nota, a FAB declarou que “todas as denúncias de assédio envolvendo militares de seu efetivo são investigadas com as devidas providências para apuração dos fatos”, e afirmou estar implementando um programa de conscientização e combate ao assédio sexual, de acordo com lei sancionada em abril. O Exército declarou que repudia “veementemente quaisquer atos que desabonem a ética e a moral, as quais devem nortear a conduta de todo militar”, enquanto a Marinha afirmou que “atua na prevenção e no combate a condutas atentatórias contra a pessoa e à discriminação por razão de sexo”. O periódico *Folha de S. Paulo*, em outra reportagem, reuniu diversos casos que exemplificam as acusações de importunação sexual e assédio nas Forças Armadas, em diferentes unidades do Brasil. Segundo o Superior Tribunal Militar (STM), desde 2012, foram abertas 56 ações penais sobre o tema, e em 2022 os dados apontam cerca de três denúncias a cada dois meses, com o total de 29 denúncias no ano. “Ficam de fora desta contagem investigações ainda em curso nas unidades militares ou episódios mantidos em segredo pelas vítimas.”. As denúncias incluem mordidas no pescoço, beijos forçados, cantadas inadequadas, toques em partes íntimas, além de outras situações. Segundo o jornal, as vítimas contam que o ambiente machista, somado ao medo imposto pela hierarquia militar, as tornavam receosas em realizar as denúncias. Punições sistemáticas, implícitas e explícitas, também impactaram fortemente a saúde psicológica de vítimas que realizaram queixas públicas sobre os assédios. Uma das vítimas, sargento temporária em um batalhão no Nordeste, foi acusada pelo Ministério Público Militar por denúncia caluniosa contra um tenente que, segundo seu relato, deixou marcas em seu abdômen. “Ao arquivar a denúncia contra ela, o ministro Artur Vidigal de Oliveira, do STM (Superior Tribunal Militar), apontou que a sindicância interna passou a apurar fatos que desabonassem a denunciante”. Segundo a referida reportagem, a Ouvidoria da Mulher, criada em março de 2022 pelo Ministério Público Militar, recebe denúncias de constrangimento à mulher, assédio e importunação sexual nas Forças Armadas, mas não vem sendo usado por testemunhas com frequência. (Folha de S. Paulo - Política - 11/07/23; Folha de S. Paulo – Política – 12/07/23)

#### 5- Embargo alemão de componentes impôs alterações na fabricação do blindado Guarani

Foi noticiado no periódico *Folha de S. Paulo* que o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, comandante do Exército, foi líder de uma comitiva brasileira para a Alemanha, país que desde fevereiro embargou o envio de uma caixa de transmissão usada para fabricação do principal veículo militar produzido no Brasil, o blindado Guarani; a comitiva tem o objetivo de retomar a importação da

peça. Segundo o jornal, o embargo alemão acontece por conta do contrato firmado entre o Brasil e as Filipinas para a venda de 28 unidades do blindado, porém as Filipinas sofrem sanções alemãs por violação dos direitos humanos. Assim, a fabricação do blindado em Sete Lagoas, estado de Minas Gerais, foi afetada e para que a produção não fosse completamente interrompida, foi contratada uma empresa brasileira para entregar uma semelhante caixa de transmissão, mas não se sabe o real impacto que a diferente fabricação causa no blindado Guarani. (Folha de S. Paulo - Política - 11/07/23)

#### 6- Jornal avalia desafios da indústria de defesa diante das transformações internacionais

Em coluna opinativa para o periódico *Estado de S. Paulo*, Rubens Barbosa, presidente do Centro de Estudos de Defesa e Segurança Nacional (CEDESEN), abordou as profundas transformações que vêm acontecendo no cenário internacional em relação à geopolítica, defesa e desenvolvimento econômico. Destacam-se críticas feitas ao Brasil, por países desenvolvidos, acerca da política ambiental e devastação da Amazônia, além da observação sobre a necessidade de o Brasil modernizar suas operações bélicas por meios robóticos e de inteligência artificial. Segundo Barbosa, “O Brasil tem uma base industrial de defesa muito pequena e incapaz de atender às necessidades de suas Forças Armadas. Quase todos os meios existentes e/ou os seus principais componentes e tecnologias críticas são fornecidos por países da Otan.”. Por fim, observou que aumentar a nacionalização de bens e serviços relacionados à defesa também é um grande desafio brasileiro, já que mais de três quartos dos gastos são realizados com produtos estrangeiros. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 11/07/23)

#### 7- Ministério da Defesa e da Fazenda divergem sobre a venda de blindados para a Argentina

Segundo a opinião da comentarista Eliane Cantanhêde publicada no periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passa por momento de difícil decisão sobre o financiamento da venda de 156 blindados Guarani para a Argentina. Enquanto a pasta da Defesa apoia o financiamento, pasta da Fazenda pondera a decisão por conta da forte crise em que passa a Argentina atualmente, questionando se o país pagaria o Brasil de forma correta pelo veículo militar que custa cerca de R\$10 milhões cada. A comentarista destacou esforços da presidência para convencer Fernando Haddad, ministro da Fazenda, a aceitar o financiamento, porém este se mostra relutante e preocupado, não só com os riscos para a área econômica, mas também com a possível “gritaria” da opinião pública. (O Estado de S. Paulo - Política - 11/07/23)

#### 8- CPMI quebra sigilo de ex-ajudante de ordens de Bolsonaro após depoimento frustrante

Reportagens publicadas nos periódicos *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense* informaram que o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, depôs no dia 11/07/2023 na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os atos do 8 de

janeiro de 2023. Cid utilizou o direito de se manter em silêncio para não produzir provas contra si mesmo, concedido pela ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), fato que levou a comissão a aprovar a quebra de sigilos telefônico, telemático e bancário do militar e de outros 20 investigados. O tenente-coronel é investigado em oito inquéritos, dentre eles: o plano de golpe e intervenção das Forças Armadas para reverter o resultado das eleições de 2022, encontrado em seu celular; o seu envolvimento no caso das joias sauditas e na sua participação em lives orquestradas por Bolsonaro com o objetivo de desacreditar as urnas eletrônicas, bem como a disseminação de fake news sobre as vacinas contra a Covid-19; e as suspeitas que envolvem transações financeiras feitas no gabinete do então presidente para Michelle Bolsonaro. Além disso, Cid foi preso em maio de 2023 por ser suspeito de falsificar cartões de vacina, como o de Bolsonaro. O ex-ajudante de ordens foi constantemente questionado sobre sua relação com Bolsonaro e a possível relação entre o ex-presidente com os ataques ocorridos em janeiro, mas se limitou a afirmar que sua nomeação na Ajudância de Ordens não foi “indicação política”, uma vez que o cargo é exercido pelos escolhidos das Forças Armadas. No mais, manteve-se calado até mesmo quando interrogado sobre sua idade. Diante disso, os jornais informaram que o presidente da comissão, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), irá acionar o STF contra o silêncio de Cid, uma vez que a decisão da ministra é válida apenas para questões que o incriminassem. Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* opinou que “há um entendimento na cúpula militar de que as acusações contra Cid são as que mais prejudicam a imagem das Forças Armadas.”. Neste âmbito, a quebra de sigilo aprovada pela comissão após o silêncio do tenente-coronel pode revelar novidades que comprometam ainda mais a imagem do Exército. (Correio Braziliense – Política – 12/07/23; Correio Braziliense – Política – 13/07/23; O Estado de S. Paulo – Política – 12/07/23; Folha de S. Paulo – Política – 12/07/23)

#### 9- Relatório da Abin alertou sobre a presença de grupos militares extremistas em acampamento bolsonarista em Brasília

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) alertou em 27/12/2022 sobre a presença de grupos militares extremistas no acampamento bolsonarista localizado em frente ao quartel-general do Exército, em Brasília. Os chamados “Boinas Vermelhas”, segundo a agência, “se identificam como militares da reserva das Brigadas de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro (EB)”. O relatório foi entregue ao Ministério da Justiça e Segurança Pública de Jair Bolsonaro, à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, bem como ao gabinete de transição, deixando claro que a presença dos extremistas na região elevava o risco de ataques durante a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Os Boinas Vermelhas também participaram de outras manifestações em Brasília, como no feriado do Dia da Independência de 2021, e “chegaram a mediar a comunicação dos bolsonaristas com forças de segurança do governo federal e do Governo do DF”. Dentre os membros reconhecidos está o militar da reserva Marcelo Soares Corrêa. (Folha de S. Paulo – Política – 12/07/23)

#### 10- Primeira mulher negra almirante destaca avanços e protagonismo feminino na Marinha

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, a médica Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição, primeira mulher negra a alcançar o posto de almirante, comentou sobre a valorização das mulheres na Marinha e o protagonismo feminino na carreira militar. Conceição é a terceira mulher almirante, a primeira a alcançar o posto, em 2012, foi a médica Dalva Maria Carvalho Mendes e a segunda, a engenheira Luciana Mascarenhas da Costa Marroni, em 2018. Segundo ela, atualmente, as mulheres podem fazer parte de todos os postos da Marinha, ingresso que começou em 2014, com as primeiras figuras femininas ocupando postos no corpo da Armada e de fuzileiros navais. A almirante declarou que “nas Forças, as mulheres têm a possibilidade de não só ingressar, como de realizar uma carreira sólida, de excelência em uma instituição forte [...] fazendo o mesmo trabalho que os homens fazem de excelência durante toda sua carreira.”. (Correio Braziliense – Brasil – 12/07/23)

#### 11- Ex-presidente Jair Bolsonaro nega envolvimento com Marcos do Val e inocenta tenente-coronel Mauro Cid

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o ex-presidente Jair Bolsonaro prestou depoimento à Polícia Federal (PF) e negou ligação golpista com o senador Marcos do Val. Bolsonaro afirmou que somente havia visto Do Val uma vez e, por isso, não havia sentido articular um golpe com o mesmo. Além disso, quando foi questionado acerca da possibilidade de Do Val ter inventado a trama golpista, o ex-presidente afirmou que cada um é responsável por seus próprios atos e que não pretende processá-lo por difamação. Ademais, Jair Bolsonaro, durante a coletiva de imprensa, apontou que a prisão de Mauro Cid era um “ato contra o Estado Democrático de Direito”, ressaltando que o mesmo é como um “filho” para ele. (Correio Braziliense - Política - 13/07/23).

#### 12- Ministro da Defesa e Presidente Lula comentaram o fato de Mauro Cid estar fardado durante depoimento na CPMI dos atos de 8 de janeiro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, José Múcio, afirmou que não foi uma afronta o fato de Mauro Cid ter comparecido fardado ao depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro de 2023. Além disso, Múcio disse que outros militares também podem comparecer ao depoimento em seus trajes e que o comando do Exército não possui culpa a respeito dos ataques golpistas. O mesmo fez uma alusão ao futebol, no qual quem comete uma indisciplina é colocado para fora do jogo e a partida segue. A *Folha de S. Paulo* noticiou também que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mostrou-se descontente com o fato e que sua posição é a de que o tenente-coronel deveria ter comparecido ao depoimento em trajes civis, uma vez que seus crimes não se relacionam diretamente com atividades militares. Segundo o *Correio*, após Mauro Cid se manter em silêncio durante todo o depoimento, a CPMI decidiu lançar uma representação contra ele, por “abuso do direito ao silêncio”. Isso porque o militar descumpriu os termos do habeas corpus concedido pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, que garantia o direito ao silêncio referente a questões que pudessem incriminá-lo. Cid não respondeu até mesmo perguntas

básicas, como sua idade que, segundo a CPMI, configura o abuso do silêncio. (Correio Braziliense - Política - 14/07/23; Folha de S. Paulo - Política - 13/07/23)

### 13- Colunistas comentaram as escolas cívico-militares e a decisão do Governo Federal de descontinuar o programa

Em coluna opinativa ao *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo comparou as reflexões da obra “Cortina”, do escritor tcheco Milan Kundera, e a criação de escolas cívico-militares, entendendo estas como tentativa de encobrir a realidade social das crianças e dos adolescentes por meio de “ideias preconcebidas e conservadoras”, como na Idade Média, para a formação de “uma mentalidade militarista e reacionária”. Ainda segundo o colunista, há uma separação entre os colégios militares das Forças Armadas, destinados à formação e adestramento básico dos futuros militares, e a doutrinação “militarista pura e simples” de crianças e adolescentes que serão os futuros profissionais civis. Já o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* destacou a criação do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim) em 2019, por um decreto do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), o classificando como “[um] programa [que] encaixava-se com perfeição no ideário bolsonarista”. Isso porque tratavam as escolas públicas como “sinônimo de balbúrdia e antro de “esquerdistas”, segundo o editorial, e portanto, precisariam de “ordem e de disciplina e, sob a ótica do saudosismo da ditadura, ninguém melhor do que os militares para levar a cabo essa missão”. O programa tinha o foco na implantação de um modelo cívico-militar, e com a gestão de escolas públicas a cargo de militares. Ainda segundo o editorial do *Estadão*, “o Pecim tem uma deficiência estrutural em seu objetivo [que] em vez de atender a razões pedagógicas, ele busca instrumentalizar as escolas para fins eleitorais.”. O jornal ainda destacou que a missão institucional das Forças Armadas não é “prover educação aos jovens, e sim defender a Pátria”. Em coluna publicada na *Folha de S. Paulo*, o filósofo e jornalista brasileiro, Hélio Schwartzman, argumentou que a decisão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de descontinuar o programa federal de escolas cívico-militares foi acertado, pois mesmo que “escolas funcionam melhor quando há um pouco de disciplina”, o colunista entende que ela não pode ser imposta “a ferro e fogo e acompanhada de continências, fardas, ordens unidas e exibições deprimentes de nacionalismo”; entendendo que um bom diretor civil é capaz de gerenciar muito bem as escolas públicas. Para o colunista, “não há razão prática ou teórica para colocar militares nas escolas”, levando em consideração que “eles foram há pouco postos na saúde e tivemos um morticínio” — uma alusão à gestão do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde durante a pandemia de covid-19. (Correio Braziliense - Política - 14/07/23; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 14/07/23; Estado de S. Paulo - Coluna do Estadão - 14/07/23)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)



\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)  
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)  
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)  
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli  
Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasião Campos  
Davi Campos Matos  
Isabelle Costa  
Giulia Maria Dardegan Barbosa  
Marcela Furlan de Cena  
Mariana Terezinha Passos  
Rodrigo Freitas de Souza  
Thalia Cristina Vieira Lima

### **Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos  
Geremias Dias dos Santos de Carvalho  
Manuela de Jesus Brasil  
Maria Luiza Garcia Rabelo  
Mariana Amaro Gonçalves Silva  
Vinícius de Albuquerque Damasceno  
Vinícius Menezes Aguiar